**RELEVÂNCIA CLÍNICA DAS DISCREPÂNCIAS NÃO INTENCIONAIS IDENTIFICADAS NA CONCILIAÇÃO DE MEDICAMENTOS NA ADMISSÃO HOSPITALAR EM PEDIATRIA**

Daniele Bogdanovicz Reitor, farmácia

Viviane Viviurka, medicina

Heloisa Arruda Gomm

Faculdades Pequeno Príncipe

viviurka\_vivi@hotmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Conciliação de medicamentos, pediatria, erros de medicação.

**RESUMO:** A revisão da história clínica mostra que a metade dos erros de medicação se produz em processos relacionados à transição assistencial. Uma história farmacoterapêutica errônea ou incompleta pode não detectar problemas relacionados a medicamentos e pode causar interrupções ou utilizações inadequadas dos medicamentos de uso contínuo, podendo afetar tanto a efetividade do tratamento quanto a segurança do paciente1. O processo de conciliação terapêutica tem se consolidado como uma estratégia importante para reduzir erros de medicação, custos dos tratamentos e os riscos potenciais para os pacientes. É uma das ferramentas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e certificadoras de qualidade de serviços de saúde de diversos países para garantir a segurança do paciente2. Conciliação terapêutica ou conciliação medicamentosa pode ser definida como um processo formal no qual os profissionais da saúde possuem a função de verificar a lista completa e exata dos medicamentos que o paciente utilizava previamente ao internamento e compará-la com a prescrição farmacoterapêutica antes e após transição assistencial, analisando as discrepâncias encontradas. São considerados erros de medicação as discrepâncias não intencionais ou não justificadas. Dessa forma, o principal objetivo da conciliação é eliminar os erros decorrentes das falhas de comunicação em relação ao tratamento farmacológico do paciente durante as transições assistenciais3, 4. A partir desta necessidade, o Hospital Pequeno Príncipe (HPP) implantou em 2015 a conciliação de medicamentos na admissão hospitalar. Os resultados obtidos mostram sua importância na pediatra, pois, dos 455 pacientes que receberam o serviço, entre os meses de fevereiro e julho de 2017, 219 faziam uso de medicamentos contínuos, sendo que destes, 60% tinham alguma discrepância em sua farmacoterapia. Dentro das discrepâncias, verificou-se que 25% destas, eram não-intencionais. Apesar dos resultados demonstrarem que o público pediátrico também está sujeito às discrepâncias não intencionais, e que a conciliação terapêutica contribui na prevenção de erros, tais resultados não avaliam qual a relevância dessas discrepâncias. Assim, o objetivo deste trabalho será avaliar a relevância clínica das discrepâncias não-intencionais encontradas a partir da conciliação terapêutica, realizada na admissão do internamento no Hospital Pequeno Príncipe. A classificação das relevâncias será feita através da metodologia Delphi7. Os especialistas serão contatados para classificar a relevância clínica das discrepâncias não intencionais através do potencial para causar danos. As discrepâncias serão divididas em Classe 1 (provavelmente não causam desconforto no paciente ou deterioração clínica), Classe 2 (aquelas com potencial para causar desconforto moderado) e Classe 3 (potencial de causar desconforto grave ou deterioração clínica). Os especialistas serão guiados através de um questionário individual, no qual indicarão a gravidade das mesmas durante o internamento e após a alta hospitalar. Por fim, os dados obtidos serão analisados por meio do coeficiente kappa que avalia o grau de concordância. Espera-se que a classificação da relevância clínica das discrepâncias não intencionais na admissão hospitalar em pediatria auxilie nos processos de conciliação terapêutica e contribuam para a segurança do paciente.

**REFERÊNCIAS:**

1. Sanchéz O D.; Jiménez L.A.; Fabiá A.S.; Pico J. N. Conciliación de La medicación. Medicina Clínica (Barc). 2007;129(9):343-8.

2. Sanchéz O. D.; López I. M.; Monjo M. C.; Soler G. S. Conciliación de lamedicación: asumamoslaresponsabilidad compartida. FarmaciaHospitalaria. 2008; 32(2):63-4.

3. WOLRD HEALTH ORGANIZATION - WHO.Assuring medication accuracy at transitions in care medication reconciliation.The High5s Project – Standard Operating Protocol. 2014.

4. Vawdrey D. K.; Chang N.; Compton A.; Tiase V.; Hripcsak G. Impact of electronic medication reconciliation at hospital admission on clinician workflow. AMIA Annual Symposium Proceedings. 2010. Nov(13):822-6.

5. Huynh C.; Wong ICK; Tomlin S.; Terry D.; Sinclair A.; WilsonK.; JaniY. Medication Discrepancies at transitions in pediatrics: a review of the literature. PediatricDrugs. 2013;15(3):203-15

6. Mendes, W. V. (2015). Orientador: Prof. Dr. Walter Vieira Mendes Júnior Rio de Janeiro, março de 2015.

7. Cornish PL, Knowles SR, Marchesano R, Tam V, Shadowitz S, Juurlink DN, et al. Unintended medication discrepancies at the time of hospital admission. Arch Intern Med. 2005;165(4):424-9.